
QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O LUGAR DA JUVENTUDE SEM TERRA

Juliana Cristina de Mello¹
Paulo Henrique Campos da Silva²

Resumo: Este trabalho teve como tema o lugar da juventude Sem Terra na resistência frente aos condicionantes da questão agrária brasileira, segundo a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, desde seu programa político de Reforma Agrária Popular. Sua intenção foi extrair elementos dos acúmulos construídos, para que ajudem a pensar as problemáticas existentes no Brasil, no que envolve o debate geral sobre a juventude camponesa no atual período histórico. A pesquisa teve natureza qualitativa, seguindo os procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e observação participante. As referências feitas a Juventude Sem Terra e aos temas da questão agrária brasileira nas abordagens sobre e do MST, tem politizando o tema do êxodo rural, demonstrando que sair do campo não é uma opção da juventude camponesa, mas sim uma imposição das configurações do desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim como, tem mostrado a necessidade de um novo projeto de campo, o projeto da Reforma Agrária Popular, em que os jovens são fundamentais, e sujeitos de sua construção.

Palavras-chave: Juventude; Questão Agrária; MST.

LA CUESTIÓN AGRARIA BRASILEÑA Y EL LUGAR DE LA JUVENTUD SIN TIERRA

Resumen: Este trabajo tuvo como tema el lugar de la juventud Sin Tierra en la resistencia a las condiciones de la cuestión agraria brasileña, según la experiencia del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra - MST, desde su programa político de Reforma Agraria Popular. Su intención fue extraer elementos de las acumulaciones construidas, para que ayuden a reflexionar sobre los problemas que existen en Brasil, en lo que involucra el debate general sobre la juventud campesina en el período histórico actual. La investigación fue de naturaleza cualitativa, siguiendo los procedimientos de investigación bibliográfica, investigación documental y observación participante. Las referencias que se hacen a la Juventud Sin Tierra y a los temas de la cuestión agraria brasileña en los acercamientos y del MST, han politizado el tema del éxodo rural, demostrando que salir del campo no es una opción de la juventud campesina, sino una imposición de las configuraciones de lo desarrollo del capitalismo en el campo. Así mismo, ha mostrado la necesidad de un nuevo proyecto de campo, el proyecto de Reforma Agraria Popular, en el que los jóvenes son fundamentales y sujetos a su construcción.

Palabras clave: Juventud; Cuestión Agraria; MST.

¹ Licenciada em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul. E-mail: julianamello94@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2009-7394>.

² Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: paulo.juventude2016@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3127-590X>.

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST³, será evidenciado neste trabalho, desde seu programa político de Reforma Agrária Popular. O objetivo em abordar a temática da questão agrária e juventude a partir de sua experiência, é extrair elementos dos acúmulos construídos, para que ajudem a pensar as problemáticas existentes no Brasil, no que envolve o debate geral sobre a juventude camponesa no atual período histórico.

De acordo com o Programa Agrário do MST de 2014⁴, na agricultura, a face do capitalismo se expressa pela presença do latifúndio (herança colonial) e com a “Revolução Verde⁵” (pacote tecnológico para o campo), com ambos provocando um processo de reestruturação das forças produtivas no campo. Posteriormente, esse processo de reestruturação se denominará agronegócio, modelo de produção baseado na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos, na exploração da força de trabalho, expulsão dos camponeses (as) de suas terras e degradação do meio ambiente (MST, 2014).

No processo de consolidação do agronegócio, a juventude camponesa⁶ se evidencia entrelaçada a temática do êxodo rural. Tal sistema, aprofunda a exclusão social e promove a expulsão massiva dos jovens do campo. Entretanto, há também a juventude que resiste no campo, organizada nos movimentos camponeses ou em outras dimensões da vida social, que tem demonstrado resistência frente a essa situação.

A intenção de elaboração deste trabalho, parte da vivência militante dos autores como participantes do Coletivo Nacional de Juventude do MST⁷, afim de organizar desde um processo mais sistematizado de pesquisa, formulações advindas das práxis, pertinentes de serem compartilhadas.

Essa elaboração busca apreender as ligações orgânicas presentes no seguinte quadro analítico: “MST (grupo social); sem-terra (indivíduo); expoente da classe trabalhadora (classe), ou seja, particular (MST); singular (sem-terra); universal (classe trabalhadora camponesa)” (GARCIA, 2012, p. 126). A pesquisa teve natureza qualitativa, seguindo os procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, esta última, a partir de materiais oficiais e de circulação

³ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. Se constituiu como um movimento nacional em janeiro de 1984 (MST, 2016).

⁴ Documento elaborado pelo MST em 2014, que apresenta as sínteses históricas e as reflexões sobre a incorporação da Reforma Agrária Popular como seu programa político (MST, 2014).

⁵ Pacote tecnológico para a agricultura, com inovação nas práticas agrícolas, uso intensivo de máquinas, e foi implementado a partir de 1950 nos EUA.

⁶ O termo juventude camponesa, é um termo que remete a opção teórica dos autores e se refere ao entendimento do campesinato como classe social, com um modo de vida específico, onde o “O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. É o território dos camponeses, dos quilombolas, das nações indígenas, dos assentados, dos acampados, dos ribeiros, dos reassentados... É no campo que estão as florestas, o lugar de renovação constante da vida e, sobretudo, de uma forma especial de socialização e sociabilidade (CAPELO; MARTINS; AMARAL, p. 222,2007).

⁷ Coletivo nacional responsável pela elaboração e execução de planos de trabalhos específicos com a juventude no MST (MST, 2016).

interna do MST, como textos e cartilhas. Existe também, expressões de uma pesquisa baseada na observação participante, considerando que ao decorrer do processo de inserção no movimento social em questão, se produziram reflexões individuais e se tomam nota de reflexões coletivas. Com isso, os diversos registros contidos em caderno de campo, contribuíram para o processo de sistematização e análise.

2 ELEMENTOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Para compreender o lugar da juventude no campo é imprescindível remeter-se ao debate de Questão Agrária. Sua definição está relacionada a entender como funciona a posse, o uso e a propriedade da terra em cada momento histórico. A terra antes era um bem comum da natureza e de posse de todos os seres humanos, porém, foi se transformando em mercadoria, propriedade privada dos latifundiários capitalistas. Conforme explica João Pedro Stédile (2011):

[...] Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeito ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político (STÉDILE, 2011, p.15).

Cada área terá um ângulo de análise, a partir de como a propriedade da terra vai influenciar no poder político na explicação de como se determinam as relações sociais de produção, podendo ser explicada a partir da evolução da luta de classes. A estrutura agrária concentrada em latifúndios é um condicionante histórico estrutural da sociedade brasileira.

Ao estudar a questão agrária precisamos não só apresentar tendências do capitalismo na agricultura, mas sobretudo, compreender suas reais modificações na posse, uso e propriedade da terra em cada período histórico, de como o capital expropria os bens da natureza. Para Karl Kautsk (1998):

Quando se pretende estudar a questão agrária segundo o método de Marx não se deve apresentar apenas a questão de futuro que teria eventualmente a pequena empresa agrícola, mas do que isto, nós teremos que examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. [...]” (KAUTSKY, 1998, p.36).

A estrutura agrária brasileira atual é herança de nossa formação sócio histórica. Desde o período colonial, até os dias atuais, a propriedade da terra é concentrada nas mãos de poucas pessoas. A população brasileira depende necessariamente da terra como meio de sobrevivência, embora não saiba que, do ponto de vista constitucional, a terra é propriedade privada. Caio Prado Junior (1979), ao refletir sobre a questão agrária brasileira destaca que:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do país dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do país – da utilização da terra. Do

outro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira+ [...] (JUNIOR, 1979, p. 15).

Nesse contexto, a partir de 1850, com a Lei de Terras⁸, foi formalizada a concentração da propriedade privada, embora o Brasil já tenha nascido como um grande latifúndio, expressão utilizada para caracterizar o domínio de grandes extensões de terras por um só grupo de pessoas. No caso brasileiro, além das grandes propriedades também são caracterizados como latifúndios, as chamadas terras “improdutivas⁹” (STÉDILE, 2000).

Na sociedade brasileira o latifúndio é caracterizado como atrasado, oligarca, com traços do colonialismo, ainda perdura e mantém-se, uma vez que se tornou estratégico para a economia dos grandes capitalistas internacionais. Em vários países do mundo, a burguesia nacional precisou distribuir a terra como forma de desenvolvimento nacional, ao contrário, do Brasil em sua particularidade conservadora, nunca houve se quer essa distribuição, porque a burguesia brasileira sempre foi retrógrada e antinacional.

Há também os interesses do Estado brasileiro que apoia a estrutura do latifúndio. Além disso, a burguesia agrária ganhou força também no poder político e econômico. Romper com a lógica da concentração em nosso país nunca foi interesse do Estado, pois este sempre foi promotor de privilégios para as elites agrárias (ARAÚJO, 2006).

Podemos situar como marco histórico, a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada a Constituição Cidadã. Essa constituição marca a contradição da nossa sociedade, pois se de um lado reafirmou que todos têm direito a educação, trabalhar, produzir, conforme artigo 6º, de outro temos a reafirmação do direito de propriedade, especificado no artigo 5º, no termo XXII, que diz: “[...] é garantido o direito de propriedade” (BRASIL, 1988).

Entre os anos de 1960 e 1970, a agricultura brasileira começa a se desenvolver e se modernizar e os latifundiários ganham força política no país, embora estivessem presente no poder executivo, legislativo e judiciário há muito tempo. Essa lógica de expropriação não aconteceu pacificamente, por isso, na década seguinte intensificaram-se os conflitos sociais no campo na disputa por terra entre o latifúndio e os camponeses, do qual deu origem há vários movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ARAÚJO, 2006).

A partir dos anos 2000, houve mudanças, para conciliar interesses no contexto do domínio do capital financeiro. O capitalismo está na sua fase de dominação do sistema financeiro e, na

⁸ Lei nº 601, de setembro de 1850, sancionada por D. Pedro II no período do império. Lei que instituiu legalmente a propriedade privada da terra no Brasil.

⁹ São propriedades privadas de terras que não cumprem função social de produtividade, nos aspectos sociais, econômicos e produtivos.

agricultura brasileira e em nível internacional, o domínio é das empresas transnacionais, cujo modelo agrícola denomina-se agronegócio. Stédile (2013) explica que:

Nas últimas duas décadas, estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominada pelo capital financeiro globalizado. Essa fase significa que a acumulação do capital, das riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro. Mas este precisa controlar a produção das mercadorias (na indústria, nos minérios e agricultura) e o comércio em nível mundial para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral (STÉDILE, 2013, p. 20-21).

Os bancos com capital acumulado, mesmo fora da agricultura, mas aplicando nela, passaram a lhe controlar a partir das empresas transnacionais nos diversos ramos agrícolas (comércio, máquinas, etc), fazendo também com que, em torno de 50 empresas, controlem todo mercado de produção agrícola mundial. Delgado (2012) acrescenta que:

A emergência de grandes mudanças estruturais por que passou a agricultura brasileira e, em especial, o desenvolvimento do capital financeiro nesse processo, transformam não apenas a realidade rural brasileira, mas ainda modificam qualitativamente o entendimento teórico e político dos problemas do desenvolvimento econômico e da forma como ele se dá na agricultura (DELGADO, 2012, p. 63).

Uma das características de sustentação do agronegócio é a extensão de grandes fazendas, adotam a monocultura como modelo de produzir para aumentar seus lucros. É preciso destacar que os fazendeiros agora precisam dividir seus lucros com os banqueiros e as transnacionais, pois são estas quem controlam essa nova fase do modelo capitalista no campo. Mesmo os grandes produtores que detêm os meios de produção, são submetidos ao controle mundial do capital financeiro (DELGADO, 2012). Stédile (2013) destaca que as empresas transnacionais precisam também ter o controle do mercado mundial das commodities¹⁰. Isso significa que o preço dos alimentos é determinado pelas empresas do agronegócio em acordo com os ditames do mercado financeiro (STÉDILE, 2013).

No entanto, as contradições desse modelo agrícola geram mais pobreza no campo, via expulsão dos trabalhadores camponeses de suas terras, pois só há espaço para altas tecnologias sem trabalho do homem; destruição ambiental, em especial da água e solo, danos à saúde humana e animal, através dos agrotóxicos. Portanto, está gerando uma crise social e ambiental profunda e tornando o campo um lugar de máquinas agrícolas em deserto verde.

Faz-se necessária uma compreensão ampla desse novo período do capital em relação a agricultura por sua força hegemônica, que traz novas implicações e desafios complexos para a luta do campesinato. O patamar da luta de classes do campo brasileiro alterou-se e agora trata-se de projetos políticos em disputa para o campo. Nos itens posteriores abordaremos a inserção da juventude nesses projetos.

¹⁰ São todos os produtos de alimentos que são padronizados pelo mercado, sobretudo pelas empresas transnacionais.

3 JUVENTUDE E A DISPUTA DE PROJETOS PARA O CAMPO

A partir dos anos de 1990 nota-se uma crescente abordagem em trabalhos acadêmicos acerca do tema “juventude camponesa” ou “juventude rural” (CASTRO, 2005). Predominantemente, a juventude tem sido discutida em relação ao fenômeno do êxodo rural, no qual o jovem tem como estabelecido ter seu futuro no campo interrompido pela migração para a cidade, tal como destaca a autora:

[...] os esforços se voltam para analisar “jovens rurais” associados ao “problema da migração rural/urbano”, da herança e sucessão da pequena propriedade familiar. E ainda, trabalhos que focalizam “jovens” que já migraram de áreas rurais para áreas urbanas” (CASTRO, 2005, p. 25).

Partindo da problemática do êxodo rural, também existe a abordagem que apresenta o jovem como um ator político, agente transformador de sua própria realidade, em diálogo com as desigualdades do campo, que segundo a autora, “[...] estes esforços nem sempre consideram que a mudança dessa realidade vai muito além dos esforços individuais, demanda ações coletivas e mudanças mais profundas na realidade” (CASTRO, 2005, p. 26).

Independente da abordagem, que coloca o jovem diante do determinismo ou ativismo, o êxodo rural é uma situação impulsionada pelos problemas que o campo brasileiro apresenta e que relegam aos povos uma dura realidade de enfrentamento cotidiano para continuar reproduzindo suas vidas em seus territórios. Quando falamos de êxodo rural não se trata simplesmente de um abandono ou desinteresse pelo campo em detrimento dos atrativos do meio urbano, mesmo que “A imagem de jovens desinteressado pelo campo e atraídos pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre o campesinato” (CASTRO, 2009, p. 182). O agronegócio, atual modelo de desenvolvimento produtivo do capitalismo para o campo, deixa impactos nas mais diversas dimensões da vida dos sujeitos, que condicionam a expulsão dos jovens. Eis o cerne da problemática tratada aqui, o seu processo de consolidação desde o início com a modernização da agricultura, até os dias atuais e suas estratégias de consolidação, como nos trazem os autores:

Os jovens brasileiros oriundos do campo continuam a abandonar a agricultura e o meio rural para procurar alternativas nas cidades. Esse processo nos remete ao pensamento de cenas vividas nos anos 70, que contingentes de homens, mulheres e crianças que passaram por um processo de expropriação do campo para viver nos núcleos urbanos ofertando sua força de trabalho. Os motivos do passado se misturam com os atuais, onde o êxodo rural neste caso, não é fruto apenas de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, colocas-se na inviabilidade de questões materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro, produzindo invisibilidade social para os jovens, pois a falta de políticas públicas exclui estes indivíduos da produção rural e minam suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural. A falta de iniciativas de políticas coloca os jovens do campo sob uma realidade que se agrava, segundo os dados do programa Brasil sem Miséria que apontam que de um total de 8,2 milhões de jovens rurais, 2,3 milhões vivem em situação de miséria, com renda mensal de 70 reais ou menos (OLIVEIRA; RABELO; FELICIANO, 2014, p. 02).

Nesse contexto, afirma-se que a juventude não é a única a ser atingida pelas mazelas do agronegócio, mas em muitos casos é a primeira a sair do campo, como expõe a autora, [...] os problemas enfrentados pelos jovens são antes de tudo, problemas enfrentados pela pequena produção familiar, e suas múltiplas formas de reprodução, como as difíceis condições de vida e produção. Nesse contexto algumas dificuldades atingem de forma mais direta os jovens rurais (CASTRO, 2009, p. 190).

Mafort (2003, p.21) destaca as dificuldades de inserção do jovem na produção,

O modelo do agronegócio não distribui renda e nem gera emprego para a juventude. O capital aplica um modelo de produção agrícola, sem agricultores e com pouca mão-de-obra. Isso traz como contradição a falta de perspectiva para a juventude, o aumento da migração e o despovoamento do interior (MAFORT, 2003, p. 21).

Mesmo quando são estabelecidos ramos de produção em que há trabalho para toda a família, o domínio da organização do trabalho e das finanças é realizado pelo pai, fazendo com que, muitas vezes, os jovens, e mais ainda as jovens mulheres, fiquem alheios ao processo de gestão e decisões. Percebe-se que o modelo do agronegócio ratifica e amplia a estrutura hierárquica e de opressão entre os sujeitos, principalmente pela organização da produção. Como afirma a autora, “O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote” (CASTRO, 2009, p. 193).

A ausência de trabalho e renda, coloca-se em certas ocasiões como determinante ao futuro dos/as jovens no campo, estando inter-relacionado com a questão da sobrevivência. “[...] em relação aos motivos e os desejos da saída dos jovens do campo percebemos que estão ligados ao trabalho e a elementos infra-estruturais que favorecem a reprodução social destes indivíduos” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 6). As dificuldades de construir a sua autonomia financeira os colocam em situação de maior vulnerabilidade. A autonomia financeira, é condição para a construção da autonomia em outros aspectos da vida, assim, “[...] as necessidades objetivas interagem com seu ‘espírito de jovem’ e os levam a buscar possibilidades em outros espaços” (JANATA, 2012, p. 214).

Frigotto (2004) analisa as condições de trabalho e educação no Brasil. Em sua pesquisa no que se refere a saída dos jovens do campo, conclui que “[...] para 55% dos jovens se coloca a questão de busca de trabalho” (FRIGOTTO, 2004, p 186). Segundo a pesquisa, a falta de acesso aos estudos está também como um dos maiores motivantes, “O baixo número de escolas, principalmente de ensino médio, bem como as dificuldades do transporte escolar são aspectos que resultam no abandono da escola” (MACHADOI, 2013, p. 63).

Entretanto, Frigotto (2009) problematiza que o acesso à escola não garante por si só uma educação de boa qualidade, ressaltando: o dualismo (uma escola de acordo com a classe social); o

desmonte da escola básica, tratando-a não como direito, mas como caridade, mediante campanhas de doação; e a desqualificação ocorrida mediante a pedagogia do mercado: pedagogia das competências e da empregabilidade (FRIGOTTO, 2009). Assim, como se não bastasse a penalidade de ter que sair do seu lugar de vida para estudar, os jovens camponeses sofrem mais essa, que é própria do sistema de educação oferecido a classe trabalhadora. Sendo a escola um espaço imprescindível para a formação da juventude, do qual direciona grande parte de sua construção social, ocorre o aprofundamento da falta de perspectivas e sonhos em relação a projeção de seus futuros, independente dos espaços de vida que são almejados.

Em relação à participação política dos jovens no campo, percebe-se dificuldade na constituição da juventude enquanto sujeito organizativo, desde a esfera da família, comunidade e organizações mais amplas, isso porque é tratada sob uma ótica hierarquizada. Segundo Castro (2009, p. 195), “A observação dos espaços e formas como a categoria juventude, e, em especial, juventude rural, atual identificados como tal, trouxe uma série de elementos que contribuem para a compreensão desse fenômeno. A exclusão social é uma marca da juventude rural no Brasil [...]” (CASTRO, 2009, p. 195). Como aponta Castro (2009, p. 205), certas opções de interpretação da categoria “juventude” dificultam ainda mais a experiência política dos mesmos, “Podemos afirmar que jovem, como categoria, carrega o “peso” da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das formas em que se configura como ator social” (CASTRO, 2009, p.205).

Socialmente ligada a ideia de consumo, o lazer é outra condição buscada pelos jovens. “[...] a ideologia neoliberal nos faz acreditar que existe uma relação necessária entre lazer e consumo, que o lazer é mercadoria a ser comprada e está sempre longe de onde estamos e do que já fazemos”. (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2016, p. 53). Nesse sentido, no campo, as opções são reduzidas. Ainda, nele e para além dele, as alternativas são limitadas na maioria das vezes pelo fator econômico da família, ou então, como já citamos, da autonomia financeira dos próprios jovens.

No Brasil do latifúndio, onde a concentração de terras é marca histórica, podemos dizer que uma das maiores violências do agronegócio à juventude camponesa é a negação do acesso à terra. Só vinculados ao MST, existem cerca de 150 mil famílias acampadas. Embora a luta pela terra no MST é uma opção construída para a permanência da juventude no campo. “Para que a juventude continue no campo, e a que foi retorne, é necessário que a reforma agrária esteja vinculada a uma moradia digna, à agroecologia, cooperação, geração de renda e emprego, novas relações de gênero, educação do campo e à produção de cultura viva, de classe” (ZARREF, 2016, p. 74). Dessa forma, somente o acesso à terra, mesmo que se trate de uma grande conquista, não garante as condições de

permanência nela. É por isso, que no item seguinte, veremos o que a reforma agrária de caráter popular, prevê para abarcar as demandas da juventude.

4 REFORMA AGRÁRIA POPULAR O LUGAR DA JUVENTUDE SEM TERRA¹¹

Partindo da análise do Programa Agrário do MST (2014), houve uma alteração profunda na natureza da luta de classes no campo, onde a reforma agrária tem como inimigo principal o modelo do capital para a agricultura, o agronegócio. Coloca-se o desafio para os camponeses e camponesas - e a classe trabalhadora como um todo - de elaborar e propor um projeto de reforma agrária de caráter popular, que não atenda somente a necessidade dos trabalhadores (as) do campo, mas também da cidade (MST, 2014).

O modelo de reforma agrária do tipo clássica burguesa, realizada em países da Europa, está esgotado e não será mais viabilizado nesse contexto histórico do Brasil. O que não significa que os movimentos populares tenham abandonado a luta pela terra, ao contrário, ela ganha mais peso ainda, só que agora o latifúndio está mais poderoso economicamente e não é mais representado por gerentes de fazendas. A necessidade de distribuição de terras no país aumenta, porque os grandes fazendeiros continuam explorando-a e obtendo lucros extraordinários.

A Reforma Agrária Popular está alicerçada na produção de alimentos saudáveis para os camponeses (as) e todo o povo brasileiro, com base na cooperação agrícola e na agroecologia, que é a forma como o povo deve se relacionar com a terra, a partir de uma nova matriz tecnológica. Além da cooperação, outro desafio para a produção de alimentos é o desenvolvimento de tecnologias que respeitem os seres humanos e a natureza e privilegie a satisfação das necessidades sociais e não o lucro capitalista (MST, 2014).

Quanto aos registros publicados e de circulação interna do MST, sobre o tema da juventude Sem Terra, relacionado as problemáticas da questão agrária brasileira já apresentadas nos itens anteriores, percebe-se que a sua concepção está posta como sujeito -alvo (que é pensado pelo processo geral) e construtor (que pensa e constrói este mesmo processo) - da mudança empreendida pelo movimento social. As referências encontradas, em sua grande maioria, politizam o debate do êxodo rural, demonstrando que sair do campo não é uma opção da juventude, mas, é o resultado da negligência de direitos fundamentais, tendo em vista que na literatura clássica, é tratado como um simples desinteresse pelo campo e atração pela cidade. Segundo o Programa Agrário do MST (2014, p. 37) “O campo deve se constituir num lugar bom para se viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas (MST, 2014, p. 37). Neste sentido, abordaremos

11 O termo Sem Terra, em iniciais maiúsculas é utilizado para expressar uma identidade socialmente constituída pelos integrantes do MST, que vai além da condição de sem-terra (ausência da posse da terra) (CALDART, 2012). Juventude Sem Terra, neste mesmo sentido, reflete a juventude que é abrangida pelo trabalho do MST.

a seguir as ideias sistematizadas sobre o lugar da juventude Sem Terra neste campo que a Reforma Agrária se propõe a construir.

Essa nova matriz de produção, deve buscar ferramentas que alterem o desenvolvimento das relações de trabalho, não seguindo a lógica de exclusão e subordinação dos sujeitos (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2018). A dimensão educativa destas relações, precisa contribuir também para a superação dos conflitos geracionais, sendo compreendida na perspectiva da geração de renda, mas não só, também de autonomia para os jovens, como afirmado em uma das elaborações referentes ao tema da juventude nos assentamentos “[...] é necessário ter projetos inovadores onde a juventude seja protagonista e não seja vista apenas como mão de obra familiar, ou cumpridores de tarefa” (MIRANDA, 2012, p.12). Também, segundo o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2019), é necessário pensar a produção camponesa em todas as suas dimensões não apenas a agrícola, tais como a marcenaria, artesanato, industrialização de produtos agrícolas, confecções de roupas, entre outros, como opção de inclusão (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2019).

Outro elemento do programa diz respeito a luta por Educação do Campo, onde se deve assegurar o direito de permanecer em seu lugar de vida com acesso à escolarização em todos os níveis, e com uma proposta de formação que corresponda aos anseios da juventude, e ao projeto de campo da Reforma Agrária Popular. Nesta concepção, [...] a educação é compreendida de forma ampla, como o acesso a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais, a formação para o trabalho e para a participação política, o jeito de produzir e de se organizar, a prática dos valores humanistas e socialistas que defendemos (CALDART, 2012). Dois fatores fundamentais colocam a educação como central quando se pensa a juventude: o primeiro é que na escola os mesmos têm os primeiros contatos com a vida social do território onde eles estão inseridos, e segundo, porque a escola deve possibilitar a formação de sujeitos com consciência crítica da realidade, capazes de serem construtores de uma nova realidade (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2019).

Segundo o MST (2014), as áreas de Reforma Agrária precisam ser ainda espaços de produção de arte contra hegemônica, avançando na perspectiva da mudança cultural, da relação com a arte como instrumento para avançar na formação da consciência (MST, 2014). A juventude é quem está mais sujeita as mazelas da indústria cultural, porque acessa com mais facilidade os meios de produções artísticas da música, cinema, teatro, etc. Neste sentido, há que se construir uma mediação entre a não negação na sua totalidade dos meios convencionais, pois, negar por negar, afasta a juventude e não a politiza; com a necessidade de construir experiências de cultura e propaganda contra hegemônica e populares, envolvendo quando possível os próprios jovens como construtores (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2019).

De acordo com o MST (2018), a partir do caderno de formação “Cultura e Reforma Agrária Popular¹²”, a cultura não é algo estático, ela é construída histórica e socialmente. Se constrói na medida em que avança o acirramento da luta de classes na sociedade. A referência como identidade camponesa também questiona questões abarcadas pela cultura do campesinato, como por exemplo, a cultura do patriarcado e da violência (MST, 2018). Para o coletivo LGBT do movimento¹³, abordado na cartilha “Diversidade sexual no MST”, no último período o Movimento avançou na compreensão de gênero, debatendo a real inserção das mulheres e pessoas LGBT nos assentamentos e acampamentos, embora há ainda muito que avançar na base social e na militância, pois a construção da Reforma Agrária Popular passa pela construção de novas relações, sociais e econômicas e pela participação efetiva desses (as) sujeitos (as), em especial a juventude para construir relações igualitárias (MST, 2016).

Os (as) jovens acompanham o mundo das novas tecnologias, por isso, um novo modelo de campo precisa compreender também essa inovação. As tecnologias sociais conquistadas para os assentamentos, como por exemplo, as casas digitais, os pontos de cultura, rádios comunitárias, devem ser utilizadas e potencializadas como ferramentas de luta e trabalho com a juventude (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2019).

O programa da Reforma Agrária Popular aponta mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Ela não é um conjunto de regras a serem seguidas, mas uma construção na prática cotidiana dos camponeses (as), de forma que sua efetivação depende fundamentalmente do que a juventude se propõe a realizar, pois ela é sujeito político fundamental para esse período histórico. Precisamos construir uma cultura organizativa e identidade com o campo, que lhes possibilite participar da vida política do assentamento, comunidade rural, etc. (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2019). Sendo assim, uma das questões mais recorrentes que se constata nos documentos do MST sobre a questão da juventude, é a de como estimular o desenvolvimento da capacidade organizativa, para que ela tenha iniciativa e condições de participar ativamente dessa implementação, a partir da auto-organização.

Em um dos trabalhos sobre a juventude do MST encontramos que:

[...] a auto-organização é uma dimensão fundamental, formando e ampliando os coletivos de juventude, nos acampamentos e assentamentos, nas escolas, cooperativas, grupos culturais e de produção entre outras formas, para enfrentar os desafios do Movimento e da Classe Trabalhadora (VIEIRA, 2015, p. 2).

¹² Caderno de formação elaborado pelo Coletivo Nacional de Cultura do MST.

¹³ Coletivo Nacional recém-criado oficialmente pelo movimento em 2017, como o objetivo de acumular internamente o debate sobre a diversidade sexual no MST, dos assentamentos, acampamentos até a militância.

Segundo o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2019), também é uma boa oportunidade intensificar o trabalho de auto-organização da juventude dentro das escolas, tendo em vista que há um enorme número de jovens que estão nestes espaços sem que haja articulação com esse público. Porém, independentemente do local e da forma organizativa, como metodologia de trabalho com a juventude, foi se avançando na síntese de que é preciso ser leve, porque os jovens não se organizam pelas mesmas formas do que os adultos, o que implica mais flexibilidade, não só espaços de formação e trabalho densos; de massas, porque ele deve envolver e organizar o máximo de jovens possíveis, ter bastante participação; atrativo, porque a juventude precisa estar motivada, animada a participar de espaços políticos da organização, não basta ter espaços de política se estes não dialogam com o nível de consciência dos e das jovens; e formativo, porque não basta só animação, empolgação, a juventude precisa ter consciência ideológica, se não estará sujeita a posições e caminhos conservadores, por isso é necessário ter formação que contribua com a elevação do seu nível de consciência política e cultural (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2019).

Por fim, mesmo tendo reconhecido a necessária construção de um novo projeto de campo, não significa que o debate sobre juventude camponesa se encerre na determinação de que esse espaço deve ser a única opção para se projetar a vida. Segundo o MST (2014), é essencial evitar a perspectiva pragmática que sobrepõe o campo a cidade ou vice-versa (MST, 2014). Ficando compreendido assim, que o importante da luta empreendida na construção da Reforma Agrária Popular, é que a juventude possa ter desde o campo acesso às possibilidades de construir sua autonomia material e intelectual, de modo a não restringir seus planos e sonhos futuros, e sendo no campo suas projeções, possa encontrar as condições indispensáveis para uma vida digna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, resgatamos elementos sobre a questão agrária do país, compreendidos desde o período dos grandes latifúndios, até o desenvolvimento do agronegócio. Este último, foi tratado junto as suas consequências históricas e contraditórias para a produção e reprodução da vida, provocando a estagnação da reforma agrária em seus moldes clássicos e dando margem a necessidade de novas alternativas para disputarem a hegemonia de projeto de campo.

Neste marco, discutimos sobre as condições que o capitalismo impõe à juventude no campo, entre elas: a posição de submissão nas relações de trabalho e a ausência da renda como maior limite na vida dos jovens; a exclusão dos jovens pela ausência de escola no campo e sua organização dual; as interpretações presentes na participação política dos jovens que geram a descredibilidade; o lazer como necessidade associada ao consumo e restrita às condições econômicas; a exclusão do acesso à

terra. Estas, situam o êxodo rural o debate mais recorrente na atualidade do Brasil quando se aborda o tema juventude camponesa.

Dentro do contexto de disputa de projetos para o campo brasileiro, a Reforma Agrária Popular, se coloca como alternativa para acumular na resolução de diversas problemáticas históricas. O MST, que assume a Reforma Agrária Popular como seu programa político, tem debatido o tema da juventude Sem Terra, em consonância com a necessidade deste novo campo. Diante disto, abordamos o lugar da juventude: na produção agroecológica e cooperada, buscando ferramentas que alterem o desenvolvimento das relações de trabalhos excludentes e subordinadas, gerando autonomia; a partir da Educação do Campo, com acesso a escolarização e a formação crítica; diante das mudanças culturais, das relações sociais e da arte como ferramenta contra hegemônica; com os esforços de se constituir uma cultura organizativa, que possua identidade com o campo e utilize-se da auto-organização e suas diferentes metodologias de envolvimento deste público como parte de sua formação.

As referências feitas a Juventude Sem Terra e aos temas da questão agrária brasileira nas abordagens sobre e do MST, tem politizando o tema do êxodo rural, demonstrando que sair do campo não é uma opção da juventude camponesa, mas sim uma imposição das configurações da questão agrária brasileira e do desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim como, tem mostrado a necessidade de um novo projeto de campo, o projeto da Reforma Agrária Popular, em que os jovens são fundamentais, e sujeitos de sua construção.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Liana Brito de Castro. **Sociabilidade no assentamento rural de Santana – CE: terra e trabalho na construção do ser social.** 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3051>. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <https://amo.afomaria.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Constituic%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224>. Acesso em: 07 set. 2020.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: ESPJV/Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224>. Acesso em: 07 set. 2020.

CAPELO, Maria Regina Clivati; MARTINS, Suely Aparecida; AMARAL, Wagner Roberto do. Juventude do campo: refazendo caminhos pesquisados. *In: JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULO, Maria Ângela Silveira.; CAPELO, Maria Regina Clivati (Org.). **Juventudes, desigualdades e diversidades**: estudos e pesquisas. Londrina: Eduel, 2007.*

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 380 f. Tese (Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, enero/junio, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/46302945_Juventude_rural_no_Brasil_processos_de_exclusao_e_a_construcao_de_um_ator_politico. Acesso em: 18 dez. 2020.

COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST. A juventude camponesa e o modelo de produção no campo. *In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (Orgs). **Juventude no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.*

COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST. **Desafios de formação da Juventude**. *In: 1º Cartilha de formação da Juventude Sem Terra. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, Secretaria Nacional do MST, 2016.*

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. *In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.*

GARCIA, Fátima Moraes. Perspectivas de estudo sobre a formação do sem-terra: o uso das categorias do universal, particular e singular. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 124-132, jun. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9410>. Acesso em: 07 set. 2020.

JANATA, Natacha Eugênia. **“Juventude que ousa lutar!”**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99307>. Acesso em: 07 set. 2020.

JUNIOR, Caio Prado. **Questão Agrária no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica, 1998.

MACHADO, Veronica Machado. A juventude camponesa em cena e sua relação com a instituição escolar. **Revista Labirinto**, Rondônia, 2013, n. 18 – Junho de 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/890/1059>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras FCLAR /Universidade Estadual Paulista- UNESP – Araraquara. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88778>. Acesso em: 07 set. 2020.

MIRANDA, Antônio de. **Juventude, trabalho e renda nos assentamentos da Reforma Agrária**. São Paulo, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cultura e Reforma Agrária Popular**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, v. x, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas gerais e princípios do MST**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, v. x, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, v. x, 2014.

OLIVEIRA, Luciano Benini; RABELLO, Diógenes; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. *In: Revista Pegada*, Presidente Prudente, vol. 15, n. 1., Julho de 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/3032/2626>. Acesso em: 04 nov. 2018.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, João Pedro. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, Secretaria Nacional do MST, São Paulo, v. x, 2000.

STEDILE, Miguel Enrique. Lutar, construir reforma agraria popular: tarefas da juventude. *In: Cartilha de preparação para o Encontro Nacional*. São Paulo, v. 02, 2018.

VIEIRA, Thaile Cristina Lopes. **Escola da Juventude: Processo de Formação e Auto-organização da Juventude do MST - PR. II ENERA - Encontro Estadual dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária: Cascavel, Paraná, 2015**.

ZARREF, Luís. Juventude e Sucessão Familiar. *In: 1º Cartilha de formação da Juventude Sem Terra*. Coletivo Nacional de Juventude do MST. São Paulo, v. 1, 2016.

*Submetido em: 07 de setembro de 2020.
Aprovado em: 04 de dezembro de 2020.*